

GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos

Marina Nucci, Rosa Carneiro

Vemos nos últimos anos, no Brasil, o crescimento de um campo de debates antropológicos que discute temas como gravidez, parto e criação de filhos/as. Trata-se de pesquisas que, conduzidas pela perspectiva de gênero, e em diálogo com reflexões mais amplas como corpo e saúde, abordam diferentes aspectos ligados à reprodução e ao cuidado. Um dos esforços de pesquisa observados, é a atenção às prescrições e imperativos morais que são produzidos tanto pelos saberes médico-científicos, como em contraponto a eles, e que se expressam em modelos "ideais" de gestar, parir, amamentar, maternar. O que tais ideais invisibilizam, e o que trazem à tona? Como diferentes perspectivas feministas têm tentado responder aos dilemas que tais temáticas nos trazem? Tais imperativos se viram impactados pela pandemia de Covid-19, quando muitos dos direitos sexuais e reprodutivos foram violados, com ausência de serviços de saúde e descaso com a vida de mulheres cis e trans. O peso e a invisibilidade do trabalho reprodutivo foi escancarado, assim como o adoecimento dele decorrente. Partindo desses pressupostos, neste GT, inspiradas na ideia de que "toda política é reprodutiva" (Briggs 2017), procuramos reunir trabalhos que pensem práticas de maternagem dissidentes e hegemônicas; sobre gestação, parto e pós-parto; cuidado e adoecimento psíquico de mulheres; sobre quem não quer ser mãe e abortos, de maneira atravessada ou não pela pandemia, mas de modo a atualizar uma "antropologia da reprodução" brasileira.

Antropologia e a Geração "NoMo": transformações da identidade de gênero ligada à maternidade no Brasil

Autoria: Arantxa Santos

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as mudanças de comportamento e dos discursos sociais relacionados ao papel de gênero das mulheres, onde a identidade feminina, fortemente ligada à maternidade e inerente à vivência da mulher, vem sendo questionada. No entanto, por efeito das pesquisas em Ciências Sociais sobre as relações de gênero, além da noção de que os papéis de gênero são socialmente construídos, o movimento feminista se apresenta como uma proposta de análise sob a perspectiva de gênero, com novos pontos de vista e sob novos conceitos, possibilitando a análise do papel da mulher na sociedade contemporânea. Em meio a esse debate, surgiu a Geração "NoMo" (do inglês, Not Mothers) com o intuito de abranger as mulheres que não se identificam com os valores ligados à relação intrínseca da mulher com a maternidade. Dessa maneira, de modo a exemplificar essa temática, será considerado o contexto do Brasil e analisado o comportamento das brasileiras nos últimos 50 anos, utilizando os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao registro civil de nascimentos, além dos dados do Banco Mundial sobre a taxa de fecundidade, ou seja, a média de filhos por cada mulher brasileira. Para isso, foram selecionadas e coletadas informações específicas dos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020, com o intuito de visualizar a evolução histórica do comportamento das mulheres no que se refere à maternidade no país. Ademais, com o auxílio teórico obtido da pesquisa bibliográfica, a expectativa é compreender como ocorreu o desenvolvimento da visão de maternidade entre as brasileiras, se caracterizando como uma mudança de valores e uma de transição de pensamento por parte das próprias mulheres, fomentando a atuação da uma Antropologia de Gênero, ou ainda de uma Antropologia Reprodutiva, para analisar essas novas práticas sociais. É pertinente considerar que a mentalidade brasileira ligada ao modelo feminino indivisível de "mulher-mãe" sofreu modificações ao longo das últimas cinco décadas, onde a mulher está agora desatrelada do seu papel reprodutivo e sua identidade não se resume

apenas à maternidade enquanto seu destino natural. Entretanto, muito ainda precisa mudar para que a mulher possa rejeitar as representações culturais do seu gênero, sem ser alvo das pressões sociais, oportunizando a ela o direito de escolher, se tornar ou não, mãe.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

